



TRT 15ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO

Evento	Reunião Extraordinária do Comitê de Ética
Data	29/10/2025
Horário	11h
Local	Telepresencial pelo Google Meet
Presentes	- Desembargador Coordenador Marcelo Garcia Nunes; - Desembargador Claudinei Zapata Marques; - Desembargadora Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira; - Juíza Titular da Vara do Trabalho de Pederneiras, Regiane Cecília Lizi; - Juíza Substituta Sofia Lima Dutra; - Secretário de Gestão de Pessoas, Luiz Henrique de Freitas Pereira; - Secretário de Saúde, Sérgio de Oliveira Cordeiro; - Assessora de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes; - Servidor do 2º Grau, Evandro Rodrigues Bromati; - Servidor do 1º Grau, José Antonio de Oliveira; - Convidada do TCU Dra. Cristiane Marcelino Representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Denise Pereira Toniolo.
Ausências justificadas	- Desembargador Samuel Hugo Lima; - Assessora da Escola Judicial, Ana Maria da Silva Oliveira.
Pauta / Assuntos	- PROAD 27477/2022: implementação da Política de Integridade das Contratações deste Tribunal, instituída pelo Ato Regulamentar GP n.º 06/2023; - PROAD 18596/2025: proposta de elaboração de Política de Combate à Fraude e à Corrupção.



O Excelentíssimo Desembargador Marcelo Garcia Nunes, Coordenador do Comitê de Ética, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação, agradecendo a Dra. Cristiane Marcelino por aceitar o convite para a apresentação sobre integridade.

1 - [PROAD 27477/2022](#) - implementação da Política de Integridade das Contratações deste Tribunal, instituída pelo Ato Regulamentar GP n.º 06/2023:

Dr. Marcelo passou a palavra à convidada, Dra. Cristiane Marcelino.

Dra. Cristiane Marcelino, que hoje atua no Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, iniciou sua fala propondo compartilhar sua trajetória no Poder Executivo de Niterói, onde o Programa de Integridade foi a "espinha dorsal" de sua experiência.

Em 2013, a palestrante assumiu como Subsecretária de Controle e, em 2017, liderou a implementação de uma Secretaria de Controle com toda autonomia e independência.

Descreveu que o ponto de partida foi entender que não bastava implementar as ações num órgão e, sim, estender as ações para toda a Administração Pública Municipal. Pensando nisso, foi criado um Programa de Integridade para fortalecer as bases do que seria qualquer atividade exercida dentro e fora da controladoria. O cerne de todo Programa de Integridade visa combater a corrupção, os atos de fraude, o nepotismo, os atos de improbidade e os atos antiéticos. A integridade é alcançada por meio da padronização de processos, criação de metodologias e segregação de funções. O Programa de Integridade desenvolvido era composto por 25 ações que incluíam a criação de uma Rede de Controle, a elaboração de uma Lei de Integridade/Compliance e uma Política de Riscos. Foram, ainda, implementadas diversas rotinas administrativas, inclusive o gerenciamento de riscos em licitações, contratos e prestações de contas. O programa expandiu-se e em 2021, foi implementado em toda a Administração Municipal, totalizando 34 Secretarias com seus respectivos Programas de Integridade e mais de 800 ações. O que resultou no fortalecimento da governança, refletindo nos rankings, com Niterói alcançando o primeiro lugar em Governança e Gestão Fiscal em índices como o da FIRJAN (em 2023/2024). O IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – que é um estudo da Federação que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil



municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde.

Sugeriu que, como um Tribunal do Trabalho, nossa Corte poderia fomentar a expansão de Programas de Integridade para as empresas da região de Campinas, o que geraria um duplo benefício: aumentar a responsabilidade social das empresas com seus servidores e diminuir o número de processos que chegam ao Tribunal do Trabalho.

Dr. Marcelo achou a ideia muito interessante e sugeriu que a comunicação sobre integridade poderia ser direcionada inicialmente aos entes públicos (municípios), visando a partilha de práticas éticas para reduzir o número de recursos desnecessários ou inadequados, pois a jurisdição do Tribunal abrange 599 municípios do estado.

Dra. Cristiane abordou a questão de como implementar essas ideias, relatando que Niterói certificou os órgãos e gestores que cumpriam os requisitos de integridade sugeridos. Reforçou a importância do apoio da alta administração, que deve integrar a cultura de integridade e fornecer os recursos necessários para essa disseminação. Ressaltou, ainda, a necessidade do foco em Gestão de Riscos de Integridade, que é a mola propulsora do programa, no monitoramento constante das ações. Lembrou, inclusive, que a Lei de Licitações (14.133/2021) inclui a exigência de Programas de Integridade para contratos de grande vulto (mais de R\$ 200 milhões).

Dra. Thelma manifestou interesse em ter acesso ao material das 25 ações implementadas em Niterói pela Dra. Cristiane, que se comprometeu a enviar a planilha com as 25 ações iniciais e uma mais recente para mostrar a evolução.

Iara, Assessora de Gestão Estratégica, discorreu sobre o status interno do nosso Tribunal que já conta com um Plano de Integridade, informando que o Tribunal aderiu ao e-Prevenção (sistema do Conselho Superior da Justiça do Trabalho / Tribunal de Contas da União - CSJT/TCU) e já adotou 84 das 132 boas práticas, faltando 48 que já estão em andamento. Informou que já existe a Coordenadoria de Gestão de Riscos e a Coordenadoria de Integridade, ambas subordinadas à Assessoria de Gestão Estratégica, que tratam dos fluxos administrativos e que já identificaram tanto riscos de integridade, riscos de atividades e de LGPD.



lara destacou que o e-Prevenção não está totalmente adequado às atividades dos tribunais, sendo mais voltado aos municípios, motivo pelo qual foi agendada uma reunião com o CSJT e o TCU, no próximo dia 04/11, para alinhamento com os 24 tribunais do trabalho sobre estas questões. Expôs, ainda, que segundo o seu entendimento, o foco deve ser o cumprimento integral do e-Prevenção, que serve como "norte" e alinhamento com o Tribunal de Contas da União - TCU, pelo qual somos monitorados por ser nosso órgão externo de controle. Em relação ao e-Prevenção, o Tribunal está em um nível intermediário sendo que em nossa avaliação pelo TCU, obtivemos 61% de cumprimento em relação à Prevenção, 41% em detecção, 92% em Investigação, 25% em relação à correção e 75% em monitoramento. O importante é sabermos que nosso Regional está atento às ações.

Dr. Marcelo levantou uma preocupação sobre o tópico da Integridade nas Contratações das empresas terceirizadas (limpeza, segurança, transporte) que prestam serviço à Corte trabalhista. Sugeriu a criação de um Selo de Integridade para as empresas que contratam com o Tribunal.

Dr. Zapata concordou que a verificação em relação à realidade social é necessária, mas, no momento, acredita que olhar para nossa realidade dentro do tribunal deve ser priorizada. Disse que a integridade em nossas contratações é de extrema importância, sugerindo que o Comitê deve pensar no que pode ser feito a mais do que já é feito, para evitar a escolha inadequada de parceiros para o ente público, para que as empresas contratadas pelo Tribunal cumpram os preceitos trabalhistas e garantam mais justiça social aos seus trabalhadores.

lara informou que buscaria a informação sobre as exigências de políticas de integridade nas licitações internas.

Dr. Marcelo agradeceu a colocação da lara elogiando o trabalho realizado, passando a palavra à Dra. Sofia, que representou o Comitê de Ética no Fórum Internacional de Integridade realizado no Tribunal de Justiça do Paraná no mês de setembro.

Dra. Sofia relatou sua participação destacando que a tônica principal era justamente olhar para a estrutura interna do Tribunal e a implantação da integridade "dentro da nossa casa".



Mencionou que houve uma palestra sobre comportamento e ambiente de trabalho, focando na dificuldade de diálogo e polarização muito pertinente a realidade atual, comprometendo-se a fornecer o nome do palestrante para possível convite em 2026, visando um evento da Escola Judicial. Comentou que o debate das comissões revelou a importância de o comitê se apresentar e se comunicar com os servidores e magistrados, abordando temas "óbvios" como nepotismo e relações pessoais, que continuam gerando consultas. Finalizou enfatizando a necessidade de falar sobre o óbvio e de discutir o uso ético da Inteligência Artificial, assim como o uso inadequado das redes sociais por servidores e magistrados.

Dr. Marcelo agradeceu a representação do Comitê pela Dra. Sofia e pelas informações trazidas.

2 - [PROAD 18596/2025](#) - proposta de elaboração de Política de Combate à Fraude e à Corrupção:

Iara informou que com base na Política de Integridade implantada em outros tribunais foi elaborada uma minuta de uma Política Pública de Integridade para o nosso Regional, que será disponibilizada para ser avaliada pelo Comitê. O documento deverá ser analisado e debatido no âmbito deste Comitê e, posteriormente, no Comitê de LGPD, e no Comitê de Governança de TIC, além de envolver áreas administrativas como Corregedoria, Gestão de Pessoas, Comunicação Social e Presidência.

Dra. Sofia acrescentou sua experiência na Roda de Conversa através do Subcomitê de Combate ao Assédio, onde teve a oportunidade de uma escuta ativa aos terceirizados do setor de segurança e faxina do nosso tribunal.

Dr. Marcelo comentou de marcarem uma reunião com a Presidência sobre problemas crônicos, também para apresentarem a ideia de fomentar a integridade em Campinas (Poder Executivo) e nas empresas terceirizadas a serem contratadas.

Debateu-se a sugestão de descentralizar as ações do Comitê, indo até as comarcas para se apresentar, apresentar seus objetivos e canal, pois as pessoas não sabem quem



somos, como devem chegar até o Comitê. Sugeriu-se também eventos de debate pelos servidores e magistrados através da Escola Judicial com um público alvo maior para aprender efetivamente, pondo em prática a Ética, desmistificando seu conceito abstrato. Temos que discutir temas que atinjam as pessoas, como conflitos intergeracionais, de inteligência artificial e seu uso ético, ações de conscientização sobre sigilo profissional.

Para finalizar, lara lembrou os próximos passos a serem seguidos após a aprovação da Política de Integridade será:

- a redação de uma Carta de Compromisso da alta administração;
- a criação de uma Política de Conflito de interesses; e,
- a revisão do Código de Ética do nosso Regional.

A fim de possibilitar um período maior para avaliação da Política de Integridade, a próxima reunião ficou agendada para o dia 28 de janeiro de 2026 às 11h00.

Nada mais a tratar, o Excelentíssimo Desembargador Coordenador, Marcelo Garcia Nunes, agradeceu a presença de todas e todos, manifestando satisfação com o surgimento das ideias e reforçando a importância de colocar a ética em prática, encerrando a reunião às 12h25.

Ata preparada por	Denise Pereira Toniolo DACC - Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	31/10/2025
Ata revisada por	Carlos Eduardo Buzan Larica Chefe da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês Substituto	Em	3/11/2025
Ata aprovada por	Marcelo Garcia Nunes Desembargador Coordenador do Comitê de Ética	Em	

